Missão Tremembé e
Equipe de Apoio à Questão Indígena
Fortaleza - Ceará
Nordeste do Brasil

O CEARÁ INDÍGENA

Como parte de nossa atuação junto com outras entidades que constituem a Sociedade Civil Cearense, por ocasião da realização do I.C.I.D. em Fortaleza, em janeiro/fevereiro de 1992, apresentamos a realidade sobre as Populações indígenas no Ceará, cujo texto está inserido no livro recentemente editado através do apoio do Banco do Nordeste do Brasil.

Tendo em vista o tempo decorrido e considerando os novos acontecimentos registrados tanto da parte do movimento indígena nascente, e, também por parte do governo federal e outros segmentos da sociedade local, aproveitamos a oportunidade da presença em Fortaleza da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal, para acrescentar essas informações recentes que assim completarão o retrato das Populações Indígenas no Ceará, presentemente.

1. Grupo de Trabalho da Fundação Nacional do Indio-FUNAI

realiza levantamentos técnicos em Almofala para fins de demarcação de terras imemoriais dos Tremembé.

Depois de mais de um (1) ano de inúmeros pedidos de providências das lideranças Tremembé de Almofala para a demarcação de suas terras imemoriais, a FUNAI designou um Grupo de Trabalho através da Portaria Nº 1366/92, de 04 de setembro/92. No período de 14 a 30 do mesmo mês de setembro esse GT realizou em Almofala todos os levantamentos previstos, contando, para isso com a participação de lideranças Tremembé, homens e mulheres. Um relatório desse trabalho foi apresentado à Presidência da FUNAI e segundo informações que temos, esse estudo foi devidamente avaliado e aprovado pelo então Presidente do Órgão.

2. Ameaças de morte, perseguições, muitos boatos e muito medo na área indígena.

Logo depois desses levantamentos terem sido realizados em Almofala, as lideranças Tremembé, as mais conhecidas, começaram a sofrer toda sorte de ameaças, inclusive de morte, muitos boatos foram e ainda hoje são espalhados gerando um clima de ódio e de medo entre os próprios indígenas, com xingamentos, humilhações e perseguições. Impedimento de dançarem sua dança sagrada, o TOREM, justamente na época da colheita do caju, seu tempo próprio. Discriminação no trabalho (quem está na luta pela terra não arranja mais trabalho, peixe, a cesta de alimentos doada pelo município... remédio quando são atendidos em consultas locais...) Enfim tudo está sendo feito de modo que a população indígena renegue à sua própria identidade étnica...

Essa situação foi agravada com o espancamento de uma de suas lideranças - José Odécio - no dia 4 de maio passado, no momento em que retornava para sua casa, vindo de Fortaleza, à noite, atacado por seis (6) homens armados de pau, revolver.

3. Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas no Ceará

A Missão Tremembé e a Equipe de Apoio à Questão Indígena - entidades a nível de igreja católica no Ceará, Diocese de Itapipoca e Arquidiocese de Fortaleza, respectivamente, realizam uma ação missionária junto às Populações Indígenas Tremembé (a partir de 1986) e Tapeba (a partir de 1982).

Essas Entidades e as lideranças Tremembé e Tapeba se decidiram por realizar uma ação conjunta através da Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas no Ceará.

São dois (2) Grupos Indígenas, inicialmente - TREMEMBÉ e TAPEBA - que assumem sua identidade étnica indígena, reivindicando publicamente seu reconhecimento oficial e a demarcação de suas terras tradicionais. Outros Grupos como: Genipapo-Canindé, Pitaguari - que já dão passos iniciais como Povo Indígena, se reunem e até participam de atividades públicas, embora não assumam a reivindicação de suas terras junto à FUNAI.

Outros ainda como: Potiguara, Tabajara, Tupinanbá, Kariri em localidades diversas no Estado do Ceará, começam a se organizar e até se articulam entre sí na região de Crateus, onde se situam, com apoio daquela Diocese.

A partir dessa realidade e considerando que:

- as Populações Tremembé e Tapeba já estão com suas terras identificadas como também realizados os respectivos levantamentos fundiários para fins de demarcação de suas terras pela FUNAI, faltando somente a publicação do despacho do Presidente do órgão e a assinatura das Portarias Ministeriais (Ministro da Justiça) para criação das Reservas Indígenas TAPEBA (4,675 ha) e TREMEMBÉ (4.900);
- o prazo estabelecido na Constituição Federal de até 05 de outubro de 1993 serem demarcadas todas as áreas indígenas no Brasil;
- a decisão da Organização das Nações Unidas (O.N.U.) de considerar o ano de 1993 como o ANO INTERNACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS no Mundo;
- a realidade indígena no Ceará ainda pouco conhecida da população envolvente o que de certo modo dificulta e aumenta aa dificuldades já seculares de exploração, discriminação e de preconceito, para que essas Populações possam assumir sua Identidade, realizando costumes e tradições como Povos Indígenas que são,

é que temos mantido (Lideranças Indígenas e Entidades) contato com inúmeras organizações e entidades, parlamentares, setores de diversas igrejas, estudantes, movimento popular - entidades e pessoas mais sensíveis à Causa Indígena, à resistência indíge

na, à proteção da Vida, e também reforçar essa luta de resistência secular das Populações Indígenas no Ceará, no Nordeste, no Brasil.

JUSTIFICATIVAS

"O sofrimento dos Povos Indígenas no Ceará se estende por vários séculos e criou nesses Povos uma impressionante resistência em situações adversas tanto da parte da natureza como da parte da política dos homens no poder que nunca enfrentaram pela raiz as questões da região" (Eduardo Hoornaert - Teólogo e Historiador).

Por isso torna-se compreensível o silêncio secular que resultou do processo de colonização desenvolvido pelos europeus nestas terras desde os anos de 1500. Certamente que esses Povos continuaram vivendo, identificados como "caboclos"ou mesmo "trabalhadores Rurais", "camponeses", "lavradores","pescadores" e, nos últimos tempos, reivindicando como Povos Indígenas que são, seu direito à terra onde secularmente vêm habitando como é o caso dos TAPEBA, dos TREMEMBÉ, entre outros.

Quantos Grupos Indígenas sobrevivem ainda hoje nas terras do Ceará ? Temos notícia de vários, espalhados nos sertões, nas serras, nas praias. Aparentemente integrados na comunidade nacional mas na verdade conservando costumes e tradições que revelam a sua forte marca indígena. Sentimos uma crescente expectativa, uma manifestação visível de luta pela Identidade Étnica, pelas suas terras imemoriais. O medo e a vergonha de se dizerem indígenas vão dando lugar ao orgulho de se exprimirem diferentes - ELES MESMOS.

Considerando mais especificamente:

- a invasão constante do território indígena no Ceará por empresas agro-industriais e indústrias de coco, de pesca, de peles e couros, de produtos alimentícios e também pela pecuária;
- a crescente especulação imobiliária, levando à destruição dos manguesais e a falta de sua preservação de onde a população indígena tira a própria subsistência;
- a previsão de abertura de estrada litorânea, assim como a instalação de projetos turísticos para essas mesmas regiões;
- a expansão econômica da região norte do estado, em grande parte direcionada para exploração de recursos naturais em área indígena;
- a necessidade urgente de estudar inúmeras cavernas existentes - nas regiões de Crateus, de Itapipoca, de Quixadá, de Quixeramobim, de Crato, assim como os diversos sítios arqueológicos já identificados, por exemplo em Almofala;
- a política oficial que não atende aos interesses das Comunidades Indígenas e vêm impedindo há vários anos (séculos!) o reconhecimento oficial dessas Populações e a demarcação de suas terras imemoriais;

Missão Tremembé e
Equipe de Apoio à Questão Indígena
Fortaleza-Ceará-Nordeste do Brasil

- a diversidade e a riqueza cultural das Populações Indígenas no Ceará apesar da aparente integração na sociedade nacional mas ao mesmo tempo num quase total isolamento nessa mesma sociedade;
- as ameaças, perseguições, discriminações, o clima de medo predominante em Almofala, agravada com a participação da polícia local e municípios vizinhos, num flagrante atentado à VIDA, inclusive com apoio visível de deputados estaduais no Ceará, contra a demarcação das terras indígenas em Almofala, em Caucaia,

é que estamos convencidos de que a solução desses graves problemas passa pela necessidade de mudanças profundas na estrutura política, social e econômica do país.

Para que essa realidade desejada e pretendida pelas Populações Indígenas passe a ser incorporada pelo próprio Estado Brasileiro como pela população da sociedade civil, é necessário sobretudo que seja conhecida e essa informação democratizada nos diversos agrupamentos que compõem essa mesma sociedade.

Estamos conscientes da imensa dificuldade que essa Populações têm enfrentado na sua secular resistência para sobreviver física e étnicamente. O conhecimento e a discussão que contemple essa questão vai possibilitar esse movimento que está sendo realizado em favor dos Indios de todo o mundo. Porque a sobrevivência das Populações Indígenas depende da garantia de seus territórios tradicionais. É a terra que garante aos Povos Indígenas a sobrevivência física. A terra é também o suporte da vida social de cada Povo, e todo sistema de crenças e conhecimentos está ligado a ela. Ou seja, além de ser recurso natural, a terra é ainda um recurso sócio-cultural.

O direito à terra foi garantido na atual Constituição graças a uma grande luta dos Indios e dos seus aliados durante a Assembléia Nacional Constituinte. Se novamente os parlamentares não preverem recursos para as demarcações em 1993, as Populaçoes Indígenas correm o risco de não ver cumprido um direito garantido pela Constituição de 1988.

PROPOSTAS

1. Conhecimento da realidade indígena no Ceará para favorecer uma política que garanta a vida e a sobrevivência étnica dos Povos Indígenas nesta região, considerando:
   - a agilização do processo demarcatório definitivo dessas áreas para garantir oficialmente a posse e o usufruto por parte das Populações que aí habitam,tradicionalmente;
   - a elaboração de uma política indígena voltada para os próprios Grupos Indígenas, concentrando a sua atenção na assistência aos já contatados como também junto a outras Populações que começam a se organizar, considerando a peculiaridade de cada um, a fim de proporcionar-lhes melhores perspectivas para o futuro;
   - a aplicação de uma legislação ambiental que determina a preservação do meio-ambiente, proteção dos mamguesais, dos açudes e lagoas em área indígena, das cavernas e dos síti-

os arqueológicos existentes;

- a transmissão da informação, do conhecimento e utilização de instrumentos e atividades que permitam a divulgação da realidade indígena e estimule a população envolvente a apoiar as lutas pela demarcação de suas terras imemoriais.

2. Fortalecer a luta dessas Populações, lideranças e comunidades nas suas diferentes etapas organizativas, nas suas áreas, como também no contato direto com as autoridades e instituições outras, de alguma forma - responsáveis pela causa indígena no Ceará, na Paraíba e em Brasília. E que essas autoridades apoiem decididamente as organizações indígenas nas suas rei - vindicações de luta pela TERRA e pela VIDA.;

- trabalhem para que o governo federal reconheça constitucionalmente os direitos dessas Populações;

- exijam do nosso país a ratificação, por seus parlamentares, do Convênio 169 da OIT (1989) sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes.

Fortaleza, 14 de junho de 1993

_____
p/Missão Tremembé

_____
p/E.A.Q.I.